

# Memória Coletiva e Identidade Paleocristã

*CATERINE HENRIQUES MENDES*

*Universidade Federal de Pelotas – (Porto Alegre)*

*FÁBIO VERGARA CERQUEIRA*

*Universidade Federal de Pelotas*

## **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo analisar a função da memória na tradição e identidade cristã. Esta pesquisa se dá através do estudo crítico dos Evangelhos Sinópticos, os quais compõem uma narrativa memorial e vamos adotar como referencial teórico o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs (2006). O papel da memória é fundamental na formação do Paleocristianismo e o ensino cristão se dá através da evocação da memória de Jesus, que atualiza no presente de quem as evoca a vida, a pregação e os ensinamentos do Cristo. Essa memória coletiva possui uma importante função de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado em comum. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo que tem como base uma memória compartilhada, não só no campo histórico, mas principalmente no campo simbólico.

## **Palavras-Chave**

Paleocristianismo, Memória coletiva, Evangelhos, Identidade.

## **Collective Memory and Identity Paleochristian**

## **Abstract**

This study aims to examine the role of the Gospels in the shaping of Christian memory. One develops this research through the critical study of the Synoptic Gospels, that form a narrative memorial. The concept of collective memory, elaborated by Maurice Halbwachs, will be our theoretical reference. The role of memory is fundamental in the formation of Paleocristian end Christian teaching is done by evoking the memory of Jesus, which in this update of who evokes the life, preaching and teachings of Christ. This collective memory has an important function of contributing to the feeling of belonging to a group of shared past. It guarantees the individual's sense of identity that is based on a shared memory, not only in the historical field, but especially in the symbolic field.

## **Key Words**

Paleocristiano, Collective memory, Gospels, Identity.

## Memória Coletiva e o Paleocristianismo.

O movimento paleocristão surgiu através da pregação itinerante de Jesus de Nazaré, designado por seus discípulos como messias<sup>1</sup>. Segundo os *evangelhos*, Jesus nasceu na cidade de Belém, por volta de 6 d.C.<sup>2</sup> Jesus era filho de Maria e José; seu pai, como afirma o *Evangelho de Marcos*, era carpinteiro, da classe dos artesãos.

De acordo com Chevitarese (2003), Jesus foi criado dentro das tradições judaicas, seguindo os mandamentos dos patriarcas e, como todo judeu, tinha em sua memória a época em que seu povo fora livre, quando, juntamente com Moisés, deixou o Egito, assim como a época posterior em que a monarquia de Davi proporcionara a seu povo certa estabilidade. O judeu do tempo de Jesus carregava a esperança do fim da opressão estrangeira através da revelação (*apokálypsis*, em grego) do Reino de Deus. Cohn (1996) explica que diferentemente da ideia de apocalipse que temos hoje, de uma revelação de algo que só acontecerá num futuro distante, os judeus sentiam que o novo reino de justiça estava prestes a ser implantado e seria governado pelo descendente de Davi.

O paleocristianismo nasceu através do movimento de Jesus e da pregação de seus discípulos, no meio de uma sociedade judaica, composta por uma diversidade de seitas ou grupos de caráter religioso, porém com uma única raiz, que é a crença no pacto de Iahweh com o povo judaico<sup>3</sup>. E, logo após a morte de seu líder, o grupo dos seguidores de Jesus, existente ainda dentro do judaísmo, recorria à memória e às tradições judaicas para articular suas pregações, sua crença e fidelidade a Jesus.

De tal modo, ao nos apropriarmos do conceito de memória coletiva de Halbwachs (2006), podemos pensar as primeiras comunidades cristãs, surgidas após a morte de seu líder, e inseridas no contexto da sociedade judaica de sua época, como possuidoras de uma memória compartilhada e que recorriam às tradições judaicas para articular suas pregações, suas crenças e sua fidelidade a Jesus. Assim, carregavam consigo a história e a crença de seu povo, bem como os ensinamentos judaicos. E para o povo judeu, como afirma Yerushalmi (1992, p.25), lembrar é fundamental, o verbo *zakhar* (lembrar) aparece na *Bíblia Hebraica* 169 vezes, geralmente tendo como tema Israel ou Deus, uma vez que a memória está a serviço de ambos. O verbo é complementado pelo seu antônimo “esquecer”: assim como Israel é ordenado a lembrar, também é intimado a não esquecer.

A memória flui e é exercida, acima de tudo, através de dois canais: o ritual e a narrativa. O autor observa que, mesmo quando preservando totalmente seus laços orgânicos com os ciclos naturais do ano agrícola (a primavera e os primeiros frutos), as grandes peregrinações, as festas da páscoa e do tabernáculo foram transformadas em

comemorações do Êxodo do Egito e da estada no deserto. A poesia oral precedeu, e em algumas vezes acompanhou, a narrativa dos cronistas. Para o leitor hebreu, até atualmente, tais reminiscências, como o *Cântico do Mar* (*Ex. 15: 1-18*), parecem possuídas de um singular poder de invocar, através da simples força de seus ritmos e imagens arcaicas, sugestões distantes, mas estranhamente comovedoras de uma experiência de acontecimento primitivo, como destaca Yerushalmi (1992). Ocorre muitas vezes uma interação entre ritual e narrativa, sendo estabelecida a liturgia. E os discípulos de Jesus carregavam consigo esta herança de memória.

Em sua abordagem, Halbwachs defende que a memória é socialmente construída, ou seja, é formada através de construções sociais que são realizadas no presente: mesmo que um indivíduo esteja sozinho, ele irá recordar através de quadros coletivos da memória, que foi construída a partir da interação entre indivíduos em diversos contextos.

Deste modo, não possuímos memórias totalmente individuais, pois esta memória individual está circunscrita dentro de uma memória mais ampla. Assim, para este autor a memória é um fato social, onde cada um pensa o seu mundo através de categorias que foram construídas socialmente. Como afirma Ecléa Bosi (1994, pag. 407) muito de nossa memória é constituída através de ideias e conversas de outrem que nós simplesmente adotamos ou rejeitamos no decorrer de nossas vidas, ao construirmos nossos conceitos, valores e tradições. Assim, “de uma vibração única com as ideias de um meio passamos a ter, por elaboração nossa, certos valores que derivam naturalmente de uma *práxis* coletiva.” A memória coletiva se formula por sermos seres sociais, e dentro de cada grupo sofre evoluções e adaptações.

Porém, não podemos esquecer a importância do indivíduo que evoca as lembranças de acordo com o seu contexto, com o seu presente, de sua memória individual, onde o grupo se torna a base de sua memória. E para que a memória coletiva sobreviva é necessário trocas, interações, evoluções, comunicação, resgate dentro deste contexto social. Ou seja, para que a nossa memória se aproprie da memória de outros é necessário que existam ainda elos, pontos de contato entre ambas as memórias, são necessárias noções comuns que estejam em nós e também nos outros; em suma, é preciso que ainda se pertença ao grupo ou que ainda de alguma maneira sejamos influenciados por ele, como nos orienta Halbwachs (2006). Portanto, a memória dos indivíduos depende de seu relacionamento com o grupo, com a sua sociedade e o seu contexto atual é que guiará a sua memória.

Assim, os judeus, um grupo étnico distinto dentro do universo de domínio romano, e em particular, aqui, o grupo dos judeus - cristãos, buscam através dessa memória compartilhada um resgate cultural, reinterpretando e simbolizando o passado no contexto de vida atual – aqui o século I d.C. – de dominação estrangeira e multiculturalismo, numa busca de reconstrução e afirmação de sua identidade. Este grupo determinado, que

compartilha essa memória, busca, através da rememoração da figura de Jesus e de seus ditos, uma delimitação de sua identidade, num processo de longa duração, desenvolvendo pouco a pouco características e preceitos próprios. E, considerando as palavras de Halbwachs, esta partilha só é possível por possuírem como pontos de contato, como noções comuns entre eles, a crença em Jesus como o Filho de Deus que ressuscitou ao terceiro dia; a crença em Jesus Cristo como o messias e na vinda do reino de Deus. Partindo das reflexões acima a respeito da memória, podemos afirmar que a memória do cristianismo primitivo se caracteriza como uma memória coletiva das primeiras comunidades cristãs.

Entretanto partimos do principio mesmo de que a memória individual não exclui a memória coletiva, e é tão importante quanto esta, participando do mesmo modo na formação da identidade, pois a memória individual está permeada pelos grupos ao qual este indivíduo está de alguma maneira relacionado, nas várias esferas de sua vida (familiar, religiosa, social, etc). Assim, cada cristão possui sua memória compartilhada da figura de Jesus a partir de seu relacionamento com o judaísmo, com os gentios, com a dominação do império romano. Todavia estes relacionamentos dos indivíduos inseridos dentro de cada uma das comunidades influenciaram de maneira decisiva na escrita dos *evangelhos sinóticos*, que logo em seguida serviriam como base, como uma moldura para esta memória compartilhada capaz de responder a cada situação presente através da evocação da figura de Cristo.

Assim, a memória dos primeiros judeus cristãos do século I é evocada não para reminiscência de lembranças passadas e distantes, mas no sentido de uma fusão entre o presente e o passado. Como destaca Maurice Halbwachs (2006), a consciência atua no presente, na seleção do passado; é uma reconstrução, pois não se vive de novo aquele momento original (do acontecimento); não possuímos essa memória estocada no inconsciente, mas sim reconstruímos, recuperamos, re-interpretamos a memória através da evocação. Desta maneira, memória deixa de ser simplesmente uma lembrança que ainda preserva um sentido de distância, mas realiza o papel de re-atualização, no presente, e aqui re-atualização da figura e da vida de Cristo, pelos seus apóstolos e seguidores.

O passado, então, se re-atualiza no presente, através dessa memória coletiva, na qual, para cada memória individual, surge uma perspectiva unificadora. De acordo com Ciarcia (2002), englobando as lembranças de seus membros, essa memória coletiva não se confunde com ele, pois oferece a cada individuo a possibilidade de apreensão de sua própria cultura. A memória coletiva, portanto, é a experiência cultural do tempo, a presença do passado no presente, respondendo a objetivos e necessidades desse momento atual, como afirma Ferreira (2009).

Podemos situar este primeiro momento paleocristão entre 30 ou 36 d.C. (como afirma Selvatici, 2006a, p. 39), logo após a morte de Jesus, e 70 d.C., após o que começou a época subapostólica<sup>4</sup> e surgiram os primeiros textos dos quatro *evangelhos*. De acordo com Richard (1995, p. 8), este foi o período de expansão da fé em Jesus, o período de evangelização, quando os discípulos pregaram a figura de Jesus como o messias do povo judeu. Este período foi marcado por uma multiplicidade de interpretações, que convergiam na tradição primitiva do batismo e da Eucaristia, que representava a Nova Aliança.

Este primeiro período manifestou-se através da tradição oral, estas primeiras comunidades portavam um caráter fortemente escatológico acreditando-se que “os últimos tempos” eram iminentes e que Jesus logo voltaria, não sendo necessário, então, guardar qualquer tipo de escrito. Como Jesus não elaborou escrito algum que contivesse sua pregação e sua mensagem, as fontes mais antigas de que dispomos sobre Jesus de Nazaré e o movimento paleocristão, que remontam ao ano de 51 d.C., são as sete *Cartas de Paulo*, analisadas por especialistas e consideradas autênticas: *Primeira Epístola de Paulo aos Tessalonicenses*, *Epístola aos Gálatas*, *Epístola aos Filipenses*, *Primeira e Segunda Epístola aos Coríntios*, *Epístola aos Romanos* e a *Carta a Filemon*. Poucos anos mais tarde, entre os anos 60 e 70 d.C., foi escrito o *Evangelho de Marcos*, e, passados 10 ou 20 anos, foram escritos os *Evangelhos de Lucas e Mateus*; acredita-se que esses *evangelhos* tenham usado *Marcos* como base, juntamente com a fonte perdida de *Ditos* (a fonte Q)<sup>5</sup>.

É importante ainda destacar que estes *evangelhos* não apresentavam nome de autores, não foram escritos efetivamente pelos apóstolos ou por seus companheiros. Foram atribuídos a eles para dar maior autoridade e confiabilidade aos escritos. Há que se notar, entretanto, que esses *evangelhos* foram constituídos a partir de tradições muito mais antigas, podendo ter sua origem no próprio Jesus<sup>6</sup>. Porém, como foi dito anteriormente, essas fontes provinham de tradições orais, como destaca Chevitaresh & Cavalcante (2003, p. 21): “*Outro problema acerca dos evangelhos é sua autoria, esses textos foram baseados em diversas tradições orais que com o passar do tempo, foram sendo agrupadas e modificadas, de acordo com a linha teológica de cada comunidade cristã*”. Esse pensamento desencorajou os cristãos a escreverem para as próximas gerações, que, como ele esclarece, com o final dos tempos não existiriam para lerem os livros. Assim, com o passar do tempo e com a morte dos primeiros discípulos sentiu-se a necessidade de escritos mais permanentes, entretanto Brown (2005, p. 60-61) destaca:

Nenhum dos evangelhos menciona um nome de autor, e é possível que nenhum deles tenha sido escrito por aquele a cujo nome foi ligado no final do século II. Aqueles nomes, contudo, constituem uma reivindicação de que Jesus estava sendo interpretado de modo fiel à primeira e à segunda geração de testemunhos e pregadores apostólicos.

Assim, de acordo com o *Atos dos Apóstolos*, atribuído a Lucas, logo após a crucificação de Jesus seus discípulos teriam anunciado a sua mensagem, fundando várias comunidades ou tradições judaicas independentes, as quais teriam pregado que Jesus seria o messias judeu, que haveria sido, então, ressuscitado por Deus:

Mas Deus o ressuscitou no terceiro dia e concedeu-lhe que se tornasse visível não a todo povo, mas às testemunhas anteriormente designadas por Deus, isto é, a nós que comemos e bebemos com ele, após a sua ressurreição dentre os mortos. E ordenou que proclamássemos ao povo e déssemos testemunhos de que ele é o juiz dos vivos e dos mortos, como tal constituído por Deus. Dele todos os profetas dão testemunhos de que, de seu nome, receberá a remissão dos pecados todo aquele que nele crer. (At. 10, 40-43).

Desta maneira, de acordo com a pregação dos discípulos, Jesus teria sido ressuscitado por Deus, e o novo tempo então já haveria começado, já haveria iniciado a era da ressurreição, o Reino de Deus na terra teria sido inaugurado, seria preciso se arrepender dos pecados, ser batizado e ter fé em Jesus como o messias ressuscitado. Começaria, assim, uma urgência em pregar, para que a salvação através do arrependimento e do batismo alcançasse o maior número de pessoas.

Ocorreu desta maneira, uma rápida e grande expansão do movimento dos seguidores de Jesus.

O núcleo inicial, composto pelos doze apóstolos, por algumas mulheres e alguns familiares de Jesus, como seu primo Tiago<sup>7</sup>, utilizava uma casa para realizar as reuniões (At. 1, 12-14). Nestas comunidades primordiais, destacaram-se as figuras de Pedro, João e Tiago, que logo ganhara notoriedade, devido à dispersão dos apóstolos para a evangelização, como um defensor rigoroso das obrigações e da observância da Lei.

Contudo, através da expansão e pregação, estabeleceram-se várias comunidades independentes, as quais apresentavam também uma variedade de tradições diferentes em torno da figura de Jesus. Como afirma Richard (1995, p. 14), algumas mantinham viva a memória dos milagres de Jesus, outras, a sua pregação, seus ditos e ensinamentos. Algumas comunidades se reuniam em torno de uma mesa comum a todos, enquanto outras optavam por ser itinerantes. Algumas, ainda, preferiram permanecer em Jerusalém, ao passo que outras, vinculadas à Galiléia, decidiram partir para o Leste ou o Norte, chegando até mesmo à Síria. Certamente, algumas dessas tradições devem ter participado das comunidades helenísticas em torno do Mar Egeu.

No entanto, Richard (1995) afirma ainda que o movimento cristão não teve como objetivo fundar uma nova religião, e, portanto, havia diferentes movimentos de Jesus,

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)  
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394  
Disponível em <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>

todos eles mais ou menos independentes entre si. Destarte, observa o autor, o cristianismo nasceu em diferentes lugares e teve durante muito tempo centros independentes e variados de difusão e organização (Galiléia, Antioquia, Éfeso, Edessa, Egito, Roma). Ele assevera que “o original na origem do cristianismo é o policentrismo e a variedade de movimentos independentes”. Entretanto, por muito tempo a exegese bíblica situou o início do movimento de Jesus em Jerusalém, ignorando a Galiléia como berço do movimento cristão, devido a leituras errôneas ou reducionistas de *Atos dos Apóstolos* e de *Paulo*.

Na reconstrução da origem do movimento cristão na Galiléia, são muito importantes os textos de *Marcos* e os *Ditos de Jesus* (ou a fonte Q). Assim, o autor defende essa leitura da Galiléia como importante região para a origem do cristianismo. Aponta ainda que o texto de *Atos dos Apóstolos*, a principal fonte para a reconstrução das origens do cristianismo na cidade de Jerusalém, tem como objetivo elaborar uma teologia da origem do cristianismo e que, mesmo sendo utilizada uma base histórica para a sua elaboração, é necessário muito cuidado na leitura desses. Não é recomendada uma interpretação historicista de *Atos dos Apóstolos* como uma narração direta das origens do cristianismo, começando em Jerusalém e terminando em Roma.

No entanto, os integrantes dessas comunidades eram judeus e se consideravam fiéis à Lei judaica, sua crença sendo guiada pelas *Escrituras Sagradas* dos judeus. Adotavam a circuncisão e observavam as prescrições judaicas, como a purificação e a observância do Sábado; suas vidas eram orientadas pelos ritos de oração. Porém, com o passar do tempo, o grupo dos nazarenos foi desenvolvendo um ritual próprio, praticado em suas próprias casas. Exemplo disso eram as refeições comunitárias, que, juntamente com as orações, tinham como objetivo renovar a última ceia de Jesus, através da partilha do pão. Estes anunciavam, através de Jesus, a ressurreição dos mortos, praticando milagres em nome do nazareno, o que ocasionava uma grande tensão entre as autoridades do Templo.

Porém, as várias comunidades que se difundiram e se dispersaram, com suas visões plurais acerca da figura de Jesus – e aqui é preciso levar em consideração todas as comunidades que vinham sendo estabelecidas desde a primeira tradição de discípulos, logo após a morte do Nazareno –, e com o desaparecimento de muitos desses primeiros discípulos que haviam convivido diretamente com Jesus, sentiu-se a necessidade de elaboração de obras e escritos mais permanentes, a partir dos anos 60, como observa Brown (2005). Deste modo, os *evangelhos* são resultado de diferentes pregações, ensinamentos e até mesmo de conflitos entre os judeus (por exemplo, conflitos entre os judeus “liberais” ou universalizantes e os judeus judaizantes). E a importância geral da escrita dos *evangelhos* foi a de preservar para os leitores do final do século I d.C. a memória da palavra de Jesus.

Retomando o que já foi mencionado antes, a pregação de Jesus e de seus discípulos, logo após sua morte, se deu através da oralidade em algumas comunidades isoladas. Como

esclarece na *Bíblia de Jerusalém*, em Introdução aos *Evangelhos Sinóticos*, na igreja primitiva, havia os “evangelistas” (*At. 21, 08*), que, centrados em torno da morte redentora e ressurreição de Cristo como o messias, para guardar na memória essa pregação oral, reuniram por termos comuns as principais “palavras” de Jesus. Desse modo os evangelistas transmitiam as lembranças evangélicas de maneira a se fixar pela repetição.

De acordo com Prins (1992), as tradições orais não se referem apenas às informações fragmentárias ligadas ao longo das gerações, exigindo, antes, certo grau de esforço e a construção de esquemas narrativos de transmissão que, uma vez memorizados, são constantemente reconstruídos. Portanto, as tradições orais comportam diferentes níveis de variações, permitindo certa flexibilidade para absorver novos elementos, adequando-se a diversas situações. O testemunho traz consigo memórias impregnadas de uma carga de sentimento, pois, como afirma Candau (2006), o lugar da memória é o lugar das emoções.

Desse modo, nesse primeiro momento, os evangelistas cumpriam o papel do que Candau (2001) chamou de sociotransmissores, isto é, dispositivos de transmissão de memória. Metaforicamente, o autor explica que os sociotransmissores, entre as pessoas, cumprem o mesmo papel que os neurotransmissores entre os neurônios, isto é, promovem conexões. Eles são essenciais para a transmissão cultural e uma partilha memorial. Eles são, portanto, os vetores de interação social e cooperação humana e como tal ajustam qualquer ato de rememoração às condições coletivas de sua expressão. Esse papel, em um segundo momento, será desempenhado pelos *evangelhos*, como documentos textuais, assumindo então a posição de sociotransmissores juntamente com os pregadores da “Boa Nova”.

Os sociotransmissores, agentes difusores da memória, garantem a transmissão da tradição<sup>8</sup> de geração a geração. Aqui a memória formativa da tradição cristã é garantida através desses sociotransmissores, ou seja, primeiramente através dos evangelistas e dos *evangelhos*, e, posteriormente, por meio da sucessão apostólica, através dos bispos e presbíteros que, em seus ensinamentos, transmitem à Igreja, em cada época. Ao final do século II as normas doutrinárias, a Escritura e a tradição já não são independentes, não são mais fontes de revelação diferentes, mas se unem, completando-se e transmitindo o mesmo testemunho – a evocação memorial da figura de Jesus. Deste modo, a doutrina da tradição garantida pela sucessão apostólica e suas formas simbólicas permitem à Igreja edificar a sua teologia.

Para Peralta (2007), a função primordial da memória está na formação da identidade, cristalizando valores e acepções predominantes do grupo. De acordo com a autora, a memória coletiva é o *locus* de ancoragem da identidade do grupo, assegurando sua continuidade no tempo e no espaço.

Arévalo (2004) destaca que cada comunidade ou grupo social constrói e recria a sua tradição em função de diferentes experiências vivenciadas. A tradição – o passado evocado



no presente – remete à identidade dos grupos sociais e às categorias culturais. O conceito de identidade utilizada pelo autor a define como uma construção social que se fundamenta na diferença, ou seja, nos processos de alteridade ou de diferenciação simbólica.

Como afirma Meeks (1996), a maioria, talvez todos os escritos que constituem o *Novo Testamento*, bem como muitos outros textos cristãos apócrifos, têm como uma das principais finalidades configurar a vida das comunidades cristãs, que só podem e devem ser lidos levando em consideração o seu contexto. Os judeu-cristãos estavam descobrindo uma nova identidade; como destaca o autor, estavam aprendendo a pensar a si mesmos como “seguidores de Cristo, o salvador”, “aqueles pelo qual Cristo morreu”, os “filhos de Deus”, etc.. Os costumes e a tradição eram parte integrante desse processo.

Deste modo, a memória na formação da identidade e da tradição cristã exerce um papel fundamental, pois o ensino cristão se dá através da evocação da figura de Jesus, que atualiza no presente de quem a evoca a vida, a pregação e os ensinamentos de Cristo. Os discípulos de Jesus teriam sido instruídos por seu mestre a pregar seus ensinamentos e a guardar, manter e repetir sua memória, como no episódio da Santa Ceia:

E tomou um pão, deu graças, partiu e deu-o a eles, dizendo: “este é meu corpo que é dado por vós. Fazei isto em minha memória”. E, depois de comer, fez o mesmo com a taça, dizendo: “essa taça é a nova aliança em meu sangue, que é derramado por vós” (Lc 22:19 - 20)<sup>9</sup>.

Podemos observar aqui um dever de memória, onde, então, a memória é o que eu atualizo no presente, sendo sempre re-interpretada por quem a evoca, e a liturgia da Eucaristia remete sempre o cristão ao momento original, à Santa Ceia e à vida de Cristo. Os cristãos se voltam para o passado, para a figura de Jesus e reproduzem na liturgia todo um ritual de re-atualização da memória.

A memória é aqui aquilo de que eu necessito, que eu preciso lembrar, resgatando e atualizando, para a vida e para o contexto de cada cristão, a imagem e os ensinamentos de Jesus. Paul Ricoeur (2007) afirma que a memória como dever é como uma coação se impondo de fora, se impondo ao desejo, e exercendo certa coerção sentida subjetivamente como obrigação ou compromisso. Para o autor, “lembrar-se” é igual a “você não esquecerá”. E o dever de memória é o dever de se fazer justiça pela lembrança a outro, num sentido de alteridade, isto é, outro que não eu. Assim, o dever de memória tem sempre uma função moralizante, de valor exemplar que nos orienta para o futuro, transformando a memória em projeto.

Contudo, o conceito de justiça é diretamente conectado ao conceito de dívida, e este, por sua vez, intrínseco ao conceito de herança, ou seja, somos devedores de alguém, devemos parte de quem somos aos que nos procederam, esclarece Ricoeur (2007). O dever

de memória não se restringe a guardar o material escrito, dos fatos acabados, mas entrelaça o sentimento de dever a outros. E dentre estes outros com quem estamos endividados, uma prioridade moral cabe às vítimas. Assim, enquanto imperativo de justiça, o dever de memória se inscreve numa problemática moral, ressalta o autor.

Assim sendo, ao analisarmos o episódio da Santa Ceia, percebemos o dever de memória imposto aos fiéis no dito “Fazei isso em minha memória” e deste modo se dá a instituição da Eucaristia. Como nos diz Vidal (1997), a memória do cristão é a recordação impulsionada pela fé que o discípulo faz da pessoa e da obra de Jesus. E a comemoração dessa pessoa e da sua obra é a finalidade do ritual da Eucaristia. Como afirmou Ricoeur, devemos o que somos hoje a alguém que nos precedeu, e todo o cristão deve a Jesus a sua condição de cristão. Ser cristão está diretamente relacionado à figura de Jesus; a filosofia e preceitos cristãos foram pautados através de seus atos e palavras. O dever de memória aqui está relacionado ao banquete do sacrifício, ou o “sacrifício sacramental”, onde Jesus se dá em sacrifício ao Senhor pelos pecados do homem, estabelecendo assim a Nova Aliança<sup>10</sup>:

Enquanto comiam Jesus tomou um pão e, tendo-o abençoado, partiu-o e, distribuindo-o aos discípulos, disse: “Tomai e comei, isto é o meu corpo”. Depois, tomou um cálice e, dando graças deu-o a eles dizendo: “Bebei dele todos, pois isto é o meu sangue, o sangue da Aliança que é derramado por muitos para a remissão dos pecados”. (Mt, 26:26-29).

A Nova Aliança com Deus estabelece que todos aqueles que se arrependerem terão os seus pecados totalmente perdoados e serão recebidos como filhos de Deus. Assim, o cristão em débito com Jesus tem o dever de rememorar<sup>11</sup> e re-atualizar no presente, muitas vezes através do ritual e da liturgia, a figura e os ensinamentos de seu Mestre, buscando a sua conduta ou o seu valor exemplar. É a memória exercitada pela coletividade cristã.

Como sugere Roger Chartier (1990), as representações inscritas em certos artefatos culturais, aqui no caso os *evangelhos*, fazem parte das ideias e visões de mundo dos agentes que as formulam, incidindo seus poderes discursivos sobre o próprio contexto e auxiliando na formulação destes. Assim, os *evangelhos*, portadores do discurso cristão através de sua narrativa memorial, são entendidos aqui como um suporte de memória, permitindo a sua evocação e re-atualização, através de leituras, rituais e liturgia, de maneira a consolidar a tradição e a identidade cristã.

## Considerações Finais:

Partimos do conceito de memória coletiva de Halbwachs, onde determinados grupos sociais possuem uma memória compartilhada de seu passado, com a função primordial da manutenção de sua identidade, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço,

determinando o conteúdo da identidade coletiva do grupo e a manutenção da tradição, os Evangelhos sinóticos são encarados como suportes dessa memória coletiva das primeiras comunidades cristãs, possibilitando a rememoração e atualização da figura de Jesus.

A memória na formação da identidade e da tradição cristã é fundamental, pois é através da evocação da figura e ensinamentos de Cristo, que seus seguidores atualizam para o presente a sua doutrina, respondendo aos conflitos e necessidades de cada época. Primeiramente esta memória foi transmitida pelos discípulos de Cristo de maneira oral, nas primeiras comunidades cristãs, e após a morte desses primeiros discípulos sentiu-se a necessidade de algo mais permanente, com o objetivo de guardar e preservar a memória da vida e palavras de Jesus.

Os *evangelhos* apresentam para as suas comunidades cristãs uma instrução ética. Uma vez que os primeiros discípulos de Jesus, de maneira itinerante, já haviam estabelecido várias células ou comunidades cristãs em numerosos lugares, esses discípulos e seguidores agora tinham a tarefa de corrigir e manter a fé dessas comunidades.

No entanto, como afirma Brown (2005), a importância geral da escrita dos *evangelhos* foi a de preservar, para os leitores do final do século I d.C., a memória da palavra de Jesus. E juntamente com a liturgia garantiram a perpetuação desta memória, participaram da construção e consolidação da tradição cristã, ao mesmo tempo em que contribuíram para modelar a sua identidade.

Os evangelhos atuaram, juntamente com os pregadores e evangelistas, como “sociotransmissores”, ou seja, como dispositivos de transmissão da memória, tornando-se essenciais para a transmissão cultural e esse partilhar da memória cristã. A memória formativa da tradição cristã é garantida através desses sociotransmissores. Eles garantem a transmissão da tradição e a consolidação da identidade. A função primordial da memória coletiva está na formação da identidade, pois ela se torna o *locus* de ancoragem da identidade do grupo.

Os judeus-cristãos, em meio de seu contexto de dominação romana e diversidade de seitas judaicas, estavam descobrindo uma nova identidade, aprendendo a pensar a si mesmos como “seguidores de Cristo. E os costumes e a tradição eram parte integrante desse processo, garantidos através da memória coletiva do grupo, a qual era responsável pela preservação, transmissão e continuidade dos significados.

## **Referências Bibliográficas:**

### **Fontes:**

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1998.

Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 1993

### **Bibliografia:**

ARÉVALO, Javier Marcos. La tradición, el patrimonio y la identidad, 2004. Disponível em: [http://www.dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex\\_3\\_2004/estudios\\_02\\_rcex\\_3\\_2004.pdf](http://www.dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/estudios_02_rcex_3_2004.pdf)

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BROWN, Raymond E. Uma introdução ao Novo Testamento. São Paulo: Paulus, 2005.

CANAU, Joel. Antropologia de la memoria. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

CANAU, Joel. Memória e Identidad. Buenos Aires: Del Sol, 2001.

CHARTIER, Roger. A história Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHEVITARESE, André L, Org. CORNELLI, Gabrielli, Org. SELVATICI, Mônica, Org. Jesus de Nazaré: uma outra história. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CHEVITARESE, André L.; CORNELLI, Gabriele. Judaísmo, Cristianismo, Helenismo: ensaios sobre interações culturais no Mediterrâneo antigo. Itu: Ottoni Editora, 2003.

CHEVITARESE, André; CAVALCANTE, Rodrigo. Jesus. Coleção para saber mais – Super Interessante, 2003 Ed. Abril.

CIARCIA, Gaetano. Notes autour de la mémoire dans les lieux ethnographiques. Ethnologies comparées, n.4, Printemps, 2002.

COHN, Norman. *Cosmos, caos e o mundo que virá: as origens das crenças no apocalipse*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERREIRA, Maria L. A memória coletiva dos lugares santos, in: Memória em rede, Pelotas, V. 1, n 1, Jan/ Jul. 2009.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006, [1990].

HALBWACHS, Maurice. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris : Presses Universitaires de France, 1952.

MEEKS, Wayne. O mundo moral dos primeiros cristãos. São Paulo: Paulus, 1996.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica; in: Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória, nº 02 (Nova Série). Portugal: Centro de Estudos de Etnografia Portuguesa 200, p. 4-23. 2007.

PRINS, Gwyn. História Oral In: A Escrita da História: novas perspectivas. / Peter Burke (org).SP: UNESP.1992.

RICHARD, Pablo. As diversas origens do Cristianismo: uma visão de conjunto (30-70 d.C.). In: Revista de interpretação Bíblica Latino-Americana: Cristianismos Originários (30-70 d.C.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SELVATICI, Mônica. Os Judeus Helenistas e a Primeira Expansão Cristã: Questões de Narrativa, Visibilidade Histórica e Etnicidade no livro dos Atos dos Apóstolos. Campinas: Editora da Unicamp (Tese de Doutorado), 2006.

VIDAL, César. Dicionário de Jesus e dos Evangelhos. Aparecida, São Paulo: Santuário, 1997.

YERUSHALMI, Yosef H. Zakhor: História Judaica e Memória Judaica. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

---

<sup>1</sup> De acordo com Cohn (1996), o conceito de messias refere-se à figura pregada pelos profetas judeus, e aplicava-se à vinda do salvador de Israel. A esperança messiânica de um salvador, que iria restaurar Israel, tem origens ainda no período exílico ou pós-exílico. As principais fontes que relatam a expectativa na figura de um messias são o *Testamento de Levi e Jubileus*. No *Testamento de Levi*, aparece a figura de um sacerdote e salvador pós-levítico, um messias sacerdotal como um agente de salvação no final dos tempos, semelhante aos textos de *Qumran*. No *Antigo Testamento*, a palavra específica messias aparece duas vezes em *Daniel 9:25 e 26*, quando um anjo anuncia ao profeta Daniel que o messias surgiria e seria morto 62 semanas proféticas após a reedificação de Jerusalém, antes da cidade e do templo serem novamente destruídos.

<sup>2</sup> A data aqui adotada segue a pesquisa desenvolvida por Monica Selvatici, (2006, p. 27), em que, através de uma análise dos *Evangelhos de Mateus e Lucas*, que narram os primeiros momentos de vida de Jesus, a autora conclui que Mateus, mesmo usando bases históricas, como o reinado de Herodes, desenvolveu uma teologia em torno do

---

nascimento de Jesus com o objetivo de ligação ao *Antigo Testamento*. Por outro lado, o *Evangelho de Lucas*, mesmo sendo mais plausível, é acusado, por muitos pesquisadores, de conter graves erros cronológicos. Todavia, após uma análise detalhada do *Evangelho de Lucas*, Monica, em seu artigo, defende a credibilidade deste *Evangelho*, explicitando e explicando sua aparente confusão cronológica, e assim, por meio desta análise, a autora defende que a data mais provável para o nascimento de Jesus é em 6 d.C.

<sup>3</sup> Aliança realizada diretamente com Deus e o povo judeu, onde Javé seria o único Deus dos israelitas e este povo seria seu único povo, o povo escolhido.

<sup>4</sup> Denomina-se época subapostólica (70 – 100) o período que se segue aos anos 60, em que os mais notáveis da primeira geração, isto é, os apóstolos ou aqueles que tinham visto ou conhecido Jesus pessoalmente, já haviam morrido, este conceito é utilizado por Gomes (1997, p. 155).

<sup>5</sup> Segundo especialistas e estudiosos, a *fonte Q* compõe-se de ditos de Jesus, que não se encontram em *Marcos*, mas estão presentes nos *Evangelhos de Lucas e Mateus*.

<sup>6</sup> De acordo com a *Bíblia de Jerusalém*, na sua Introdução aos *Sinóticos*, os *evangelhos*, ou grande parte de seu material, foram transmitidos, primeiramente, através da pregação oral dos apóstolos, centrada em torno do querigma, que anuncia a morte redentora de Jesus e a sua ressurreição. Derivados da pregação oral que remonta aos inícios das primeiras comunidades cristãs, os *evangelhos* têm em sua base a garantia de testemunhas oculares.

<sup>7</sup> A afirmação de Tiago como primo ou irmão de Jesus é ainda polêmica, a *Bíblia de Jerusalém* esclarece que a palavra “irmão” tem um sentido mais lato, que vai do parente mais próximo ao seu compatriota, passando para um parentesco mais profundo pela comunhão da aliança, e designa muitas vezes os discípulos de Cristo. Alguns autores como Brown (2005) e Gomes (1997) se referem a Tiago como “irmão do senhor”. Enquanto Crossan (1994, p. 39) busca nas citações de Mc. 6, 3; Mt. 13, 55-56; afirmar que a concepção original de Jesus é uma confissão sobre o status de Jesus e não uma colocação biológica do corpo de Maria. Deste modo, os quatro irmãos citados nos *evangelhos* e as duas irmãs, seriam irmãos naturais de Jesus.

<sup>8</sup> O conceito de tradição no qual ela vem sendo transmitida do passado, isto é, o conjunto de conhecimentos que cada geração entrega para a seguinte, como algo fixo e imutável, de acordo com Arévalo (2004), precisa de uma revisão, pois a tradição sofre variações com o tempo e dentro de cada cultura; é, segundo o autor, uma adaptação cultural e que para ser funcional está em constante renovação, se cria e recria, se inventa e se destrói a cada dia. A tradição é uma construção social e se elabora do presente sobre o passado. O presente é o legado cultural em marcha que traz consigo o significado social, e este, por sua vez, carrega de sentido a tradição.

<sup>9</sup> Lc 22,19; Mt 26, 26-28; Mc 14, 22-25; Esta passagem está presente nos três *Evangelhos Sinóticos*, mesmo apresentando algumas diferenças entre eles, tendo assim grande probabilidade de autenticidade. O grifo é meu.

<sup>10</sup> Assim como no Sinai o sangue das vítimas selou a Aliança de Iahweh com o seu povo, o sangue de Jesus selaria a Nova Aliança entre Deus e os homens, a qual os profetas já haviam anunciado (Jr 31:31).

<sup>11</sup> Conceito utilizado por Paul Ricoeur (2007) no qual ele define o ato de lembrar ao retorno da consciência desperta, por um acontecimento que já havia ocorrido, sendo o mesmo reconhecido como acontecimento passado, no momento em que a consciência revela tê-lo sentido, percebido, sabido, isto é, no momento presente. A marca temporal do antes constitui o traço distinto da recordação sob a dupla forma da evocação e do reconhecimento que conclui o processo de recordação.